



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMUNS DE ENGENHARIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2021
Processo nº 23205.013767/2020-50

1. DO OBJETO

1.1. Selecionar propostas visando a **Contratação de serviços comuns de engenharia inerentes à manutenção preventiva e corretiva e adequações em instalações elétricas de média e baixa tensão e em instalações de telecomunicações para os campi Erechim/RS e Passo Fundo/RS, incluindo fornecimento de material, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas**, neste instrumento e demais anexos do Edital:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID. DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CAMPUS ERECHIM Serviços, sob demanda, de manutenção preventiva, corretiva e adequações em instalações elétricas de média e baixa tensão e em instalações de telecomunicações, conforme memorial descritivo e este termo de referência Código CATSERV: 5606	Serviço	01	R\$ 59.550,88	R\$ 59.550,88
2	CAMPUS PASSO FUNDO Serviços, sob demanda, de manutenção preventiva, corretiva e adequações em instalações elétricas de média e baixa tensão e em instalações de telecomunicações, conforme memorial descritivo e este termo de referência. Código CATSERV: 5606	Serviço	01	R\$ 43.930,90	R\$ 43.930,90
TOTAL ESTIMADO DA LICITAÇÃO:					R\$ 103.481,78

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia, o enquadramento legal baseado no art. 3º, Inciso VIII do Decreto nº 10.024, de 2019, e a utilização da modalidade pregão é baseado nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

1.3. As descrições constantes no quadro acima foram elaboradas pelo requisitante do objeto e têm intuito apenas de fornecer subsídios básicos claros e coerentes para que Administração consiga realizar uma contratação com padrões de qualidade, de maneira a suprir suas demandas.

1.3.1. A Contratada deve ter a ciência de que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, insumos, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam diretamente ou indiretamente na prestação dos serviços de manutenção, inclusive os custos com o deslocamento até o local onde serão realizados os serviços.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução Empreitada por Preço Unitário.

1.5. O contrato terá vigência pelo período de **18 (doze) meses**, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de **60 (sessenta) meses**, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.5.1. Destacamos que as justificativas quanto a necessidade de serviço continuado, bem como da vigência do contrato para além dos 12 (doze) meses, encontram-se nas alíneas “c” e “d” do item 4 dos Estudos Técnicos Preliminares, ENCARTE E deste Termo de Referência.

1.6. Da Garantia

1.6.1. Garantia:

1.6.1.1. Quanto aos prazos de garantia, desde que observadas e respeitadas as disposições legais aplicáveis, prevalecem os períodos estabelecidos nas especificações técnicas dos itens deste Termo de Referência, salvo quando for verificado prazo maior na descrição contida na proposta comercial do fornecedor.

1.6.1.2. Para os itens que não apresentam indicação do prazo de garantia na sua descrição, a Contratada deverá observar a garantia mínima estabelecida no Código de Defesa do Consumidor.

1.6.1.3. Durante o período de garantia, quaisquer peças, componentes ou outros materiais ou serviços que apresentarem vício ou defeitos de fabricação ou danos não decorrentes de uso em condições normais, incluso os sofridos durante o transporte até as dependências da Universidade, deverão ser substituídos por originais e novos, sem qualquer ônus adicional à UFFS.

1.6.1.4. As despesas tais como, frete, impostos, tarifas e seguros dos equipamentos e/ou componentes substituídos serão de inteira responsabilidade da Contratada.

1.7. Dos Critérios de Sustentabilidade

1.7.1. De acordo com o requisitante do objeto, a adoção dos critérios de sustentabilidade o licitante deverá **observar as diretrizes de carácter ambiental e de destinação de resíduos constante nas obrigações da contratada**, conforme previsto na IN nº 06/2013/SLTI/MPOG e na Instrução Normativa nº 1, de 19 janeiro de 2010, Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010, Decreto 7.404 de 23 de dezembro de 2010 e Legislação correlata.

1.7.2. Conforme prevê o Decreto Presidencial nº 7.746 de 05 de junho de 2012, que regulamenta o Art. 3º da Lei 8.666/93, a Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e as Empresas Estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando

critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório, conforme o disposto neste Decreto:

Parágrafo Único. A adoção de critérios e práticas de sustentabilidade deverá ser justificada nos autos e preservar o caráter competitivo do certame.

Art. 3º Os critérios e práticas de sustentabilidade de que trata o art. 2º serão veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada.

Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e

VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade. (...)

Art. 8º A comprovação das exigências contidas no instrumento convocatório poderá ser feita mediante certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio definido no instrumento convocatório.

§ 1º Em caso de inexistência da certificação referida no caput, o instrumento convocatório estabelecerá que, após a seleção da proposta e antes da adjudicação do objeto, o contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do bem ou serviço às exigências do instrumento convocatório. (...)

Art. 16º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, no prazo estipulado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, prevendo, no mínimo:

I – atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;

II – práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;

III – responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e

IV – ações de divulgação, conscientização e capacitação

1.7.3. O certame está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS que, contempla em suas ações a adoção gradativa de critérios de sustentabilidade para avaliação e compras de bens, materiais ou serviços em função de seu impacto ambiental, social e econômico.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

As justificativas e objetivo para a contratação dos itens deste Termo de Referência foram apresentadas pelo requisitante do objeto, conforme segue abaixo:

2.1. Da Justificativa do objeto

2.1.1. Necessidade de realização de manutenções e adequações nas redes elétrica e lógica, com vistas a garantir a segurança dos usuários, a integridade dos sistemas e a continuidade do fornecimento de energia elétrica e de telecomunicação.

2.1.2. A Execução indireta decorre em razão de que a UFFS não possui pessoal especializado, bem como peças, materiais, ferramental e equipamentos necessários para realização destas manutenções e adequações.

2.1.2.1. A UFFS possui por meio de contratos de terceirização de mão-de-obra, os postos de eletricitista predial, sendo que estes realizam os pequenos reparos e manutenções na rede de

energia e lógica. No entanto, como nossas estruturas dos Campi possuem uma rede de energia elétrica interna, a qual não é mantida pela concessionária de energia, faz-se necessária a contratação de serviços sob demanda que contemplem a realização de manutenções de maior vulto e que envolvem a rede de média tensão.

2.1.3. Destaca-se ainda que a justificativa desta contratação, decorre das seguintes necessidades:

- a) Necessidade de manutenção corretiva, em função do uso e desgaste ao longo destes 5 a 10 anos das instalações elétricas e lógicas;
- b) Necessidade de realização de manutenção preventiva de algumas instalações para que não tenhamos prejuízos maiores em função do desgaste natural pelo uso;
- c) Nossas atividades acadêmicas também dependem sempre de um calendário acadêmico, aprovado pelos órgãos colegiados, sendo extremamente necessário o fornecimento regular de energia elétrica e lógica para que as atividades institucionais possam ser realizadas dentro dos prazos estabelecidos pela instituição;
- d) E como fator importante também temos as situações emergenciais que podem ocorrer, até mesmo por ação do tempo ou em função do período de uso dos equipamentos e instalações. Nestes casos, se interrompido o fornecimento de energia elétrica, poderemos ter o comprometimento de informações importantes, assim como de pesquisas que estão sendo desenvolvidas e necessitam de fornecimento de energia elétrica ininterrupta, além do próprio funcionamento institucional (aulas e administrativo) que não podem parar em função de panes ou problemas na rede elétrica.

2.2. Demais detalhamentos da justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, **ENCARTE E** deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares (**ENCARTE E** deste Termo de Referência), abrange a prestação do serviço de **Contratação de serviços comuns de engenharia inerentes à manutenção preventiva e corretiva e adequações em instalações elétricas de média e baixa tensão e em instalações de telecomunicações para os campi Erechim/RS e Passo Fundo/RS, incluindo fornecimento de material, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas.**

3.2. O detalhamento da solução foi elaborado pela unidade requisitante e deve ser verificado na íntegra no **ENCARTE E** deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, *sem dedicação exclusiva de mão de obra*, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação de serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares (**ENCARTE E** deste Termo de Referência), os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Necessidade de empresa contratada especializada na realização de serviços de instalação e manutenção de sistemas elétricos e lógica com registro junto ao CREA ou CRT.

5.1.2. Enquadramento como serviços comuns: Sim, são serviços comuns de engenharia que apresentam padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado, além disso não possuem previsão de alteração da estrutura dos prédios, somente adequações e manutenções corretivas e preventivas.

5.1.3. Enquadramento como serviço continuado: Sim, são necessários por mais de um exercício financeiro para garantia de condições dos sistemas elétricos uma vez que a interrupção ou a má prestação do serviço pode acarretar em falta de condições de uso e segurança. Pelo fato de que as estruturas com o passar dos anos tendem a cada vez mais apresentarem problemas de desgaste, o serviço tem característica continuada, ou seja, sempre será necessário este tipo de contratação. A realização de licitações anuais para este serviço não traz vantagem para a administração, tendo em vista a realidade em que vivenciamos atualmente, da qual não temos servidores especializados nestes serviços, não mudará em função da extinção dos cargos.

5.1.4. Prazo do contrato: 18 meses, com possibilidade de prorrogação por até 60 meses, conforme previsto na Lei 8.666/93.

5.1.5. A forma de execução do serviço consta no **item 7** deste Termo de Referência.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante **poderá** realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09h00min às 11h30min e das 14h00min às 17h00min.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento escrito em papel timbrado expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.2.2. É vedada a realização de vistoria para a licitação por um mesmo representante para diferentes licitantes, da mesma forma que a visita não será realizada de forma coletiva.

6.2.3. A vistoria será realizada em conjunto com um servidor habilitado pela contratante e deverá ser

agendada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, através dos seguintes telefones:

6.2.3.2. Para o **Campus Erechim/RS (54) 9941-1870** ou e-mail: **julianaana@uffs.edu.br**;

6.2.3.3. Para o **Campus Passo Fundo/RS (54) 99640-5615** ou e-mail: **coord.adm.pf@uffs.edu.br**;

6.2.4. Será permitido o uso de máquina fotográfica durante a vistoria.

6.2.5. Por ocasião da vistoria, poderá o licitante, ou seu responsável legal, solicitar a retirada do edital e seus anexos de forma digital, mediante apresentação de mídia eletrônica (CD, DVD, Pen drive, etc).

6.2.6. Ainda que a vistoria para a presente licitação seja considerada **facultativa**, é recomendado que a licitante realize a vistoria, tendo em vista se apropriar de conhecimento quanto as condições do local onde serão realizados os serviços, podendo assim executar todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, diminuindo a chance de incorrer em omissões.

6.2.6.1. A não realização da vistoria, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.2.7. Qualquer dúvida que venha a ocorrer com relação a este Termo de Referência sua fase de licitação ou durante a execução do serviço, por omissão involuntária do Edital e seus anexos, deverá ser objeto de pedido de esclarecimentos, não sendo admitidas interpretações por conta própria.

6.2.8. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções do Edital e seus anexos ora fornecido deverão ser, **antecipadamente**, objeto de impugnação, e não poderão constituir pretexto para o CONTRATADO pretender cobrar “serviços extras” e/ou alterar a composição de preços unitários. O CONTRATADO será considerado como especializado na execução dos serviços em questão e, por conseguinte, deverá ter computado, no valor total da sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos no projeto, mas implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações, máquinas, equipamentos e aparelhos.

6.3. Na habilitação o licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação **OU** que a empresa licitante não vistoriou mas conhece e tem ciência de todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação. As declarações constantes neste item devem seguir modelo ofertado no “**Encarte D**” deste Termo de Referência.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Os serviços devem ser prestados a partir de uma vistoria de levantamento de demandas que deve ser registrado junto ao contrato, onde a equipe de trabalho inicial é composta de um fiscal do contrato e um preposto da contratada que farão a vistoria e levantamento das demandas em cada *campus*. A equipe de trabalho que fará os reparos deverá ser definida na planilha de medição dos serviços elaborada pelo fiscal, previamente acordada com o preposto.

7.2. De acordo com o requisitante, os serviços objeto deste Termo de Referência poderão ser caracterizados como **serviços planejados ou serviços emergenciais**. Podendo ser considerados como emergência, situações que se configurem em falta de segurança para usuários ou para o patrimônio da instituição ou que causem prejuízo por desperdício de recursos. Será concedida a preferência para a execução dos serviços planejados, conforme detalhamento nos itens abaixo:

7.2.1. Todo serviço planejado deve obedecer as etapas a seguir:

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Referência para pregão – Serviços comuns de engenharia
Atualização: Julho/2020

Universidade Federal da Fronteira Sul
Avenida Fernando Machado, Nº 108E, Centro,
Chapecó - Santa Catarina
Brasil - CEP 89.802-112
www.uffs.edu.br

7.2.1.1 ETAPA 1 – Relatório de Vistoria: O fiscal técnico deverá elaborar um **relatório de vistoria (ENCARTE C** deste Termo de Referência) onde conste a descrição das demandas, seus locais e fotos, bem como outros documentos que o fiscal entender necessários.

7.2.1.2. ETAPA 2 – Planilha estimativa medição : O fiscal técnico deverá elaborar **planilha estimativa de medição (ENCARTE F** deste Termo de Referência) corresponde às demandas elencadas no relatório.

7.2.1.2.1. ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA PLANILHA MEDIÇÃO – ENCARTE F:

- a) A planilha de medição será fornecida pela Secretaria Especial de Obras e estará parcialmente protegida contra edição;
- b) Nos itens do grupo 1 (mão de obra) o fiscal técnico deverá preencher apenas as células pertinentes às quantidades de horas dos profissionais (ver item 7.1 do Memorial Descritivo);
- c) No item 2 (deslocamento diário) o fiscal técnico deverá preencher apenas a célula pertinente às quantidades de horas de deslocamento (ver item 7.2 do Memorial Descritivo).
- d) Nos itens do grupo 3 (materiais, equipamentos e serviços) o fiscal técnico deverá preencher as células das colunas fonte, código, descrição do serviço, unid., quant. e preço un. s/ desconto. As células da coluna fonte deverão indicar qual a forma de obtenção da cotação (por exemplo: SINAPI ou COTAÇÃO DE MERCADO). As células da coluna código indicam, por exemplo o nº se a fonte foi SINAPI ou nomes das empresas se a fonte foi cotação de mercado).
- e) Nos itens do grupo 3 (materiais, equipamentos e serviços) os preços unitários adotados serão, via de regra, do índice **SINAPI/RS desonerado do mês de abertura do chamado** ou da renovação do contrato. Na ausência destes no índice SINAPI, será considerado o preço apurado por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado (conforme Decreto nº 7.983/2013). Utilizando-se **pesquisa de mercado**, o preço unitário adotado será a mediana de no mínimo 3 valores obtidos na pesquisa de preços, conforme Art. 6º da IN73/2020 do Ministério da Economia.
- f) A aplicação do desconto e dos BDIs será automática para formação do preço total.
- g) Indicar nome e SIAPE do responsável pela confecção da planilha.

7.2.1.3. ETAPA 3 -Cronograma: O fiscal técnico deverá elaborar um cronograma dos serviços elencados no relatório (conforme modelo constante no **ENCARTE G** deste Termo de Referência), de preferência, em conjunto com a empresa contratada.

7.2.1.4. ETAPA 4 – De acordo da empresa contratada: O fiscal deverá encaminhar para a empresa a planilha elaborada em PDF por e-mail ou apresentá-la por via física presencialmente. A CONTRATADA deverá indicar medidas de segurança, materiais e serviços faltantes no prazo de até 5 dias ou estar de acordo com o orçamento sob pena de notificação por atraso. Considera-se de acordo, o envio do orçamento rubricado pelo preposto ou representante da contratada, com a expressão “de acordo” junto ao valor total.

7.2.1.5. ETAPA 5 – Análise e Autorização do gestor: Após o aceite da empresa contratada, o gestor do contrato, caso de acordo com as demandas e documentação, enviará para os e-mails do fiscal técnico e o indicado pela empresa a autorização para execução das demandas.

7.2.1.6. ETAPA 6 – Execução: A execução das demandas deve ser previamente agendada com o

fiscal técnico para que o mesmo possa acompanhá-la e também organizar a liberação dos espaços onde os trabalhos serão realizados. O fiscal técnico acompanhará a execução das demandas e deverá elaborar **Relatório Técnico de Medição (ENCARTE H** deste Termo de Referência) bem como **Planilha de Medição** com os serviços e materiais efetivamente executados e aplicados (**ENCARTE F** deste Termo de Referência). Demandas posteriores, que não tenham relação direta com as demandas elencadas no **Relatório de Vistoria (ENCARTE C** deste Termo de Referência) podem ser pagas na mesma medição. Para isto, deverão ter suas execuções aprovadas pelo gestor do contrato.

7.2.1.7. ETAPA 7 – Pagamento: Após a execução das demandas, a fiscalização técnica deverá encaminhar **relatório e planilha de medição** ao gestor do contrato (**ENCARTES H e F** deste Termo de Referência). A fiscalização setorial também deverá elaborar **Relatório Circunstanciado** acerca da situação contratual e habilitação da contratada (**ENCARTE I** deste Termo de Referência) para dar base à autorização, por parte do gestor, da emissão da Nota Fiscal.

7.2.1.7.1. Lista de documentação para pagamento:

- a) Relatório e Planilha de medição da fiscalização técnica;
- b) Relatório circunstanciado da fiscalização setorial;
- c) Certidões negativas da empresa ou certidão do SICAF emitida por servidor público da UFFS;
- d) Nota fiscal atestada pelo gestor.

7.2.1.8. Atendendo ao manual de compras e a legislação que a precede, as atividades citadas em cada etapa não serão realizadas pelo mesmo servidor para efetivar a segregação de funções que visa atender ao princípio básico do controle interno, especialmente em funções ou atividades-chave de: autorização, assessoria, execução, atesto/aprovação, registro e revisão ou auditoria. Por exemplo neste contrato, a elaboração de orçamento *versus* aprovação e empenho de valores; a elaboração de relatórios circunstanciados e de fiscalização *versus* encaminhamento de notas para pagamento.

7.3. Serviços Emergenciais

7.3.1. Todo serviço emergencial deverá ter ordem de serviço (**ENCARTE B** deste Termo de Referência) emitida por um dos fiscais do contrato e deve ser assinado pela CONTRATADA no momento do atendimento, tendo como custo inicial o preço de deslocamento pago em contrato. Tendo em vista o caráter emergencial, os serviços emergenciais deverão atender **apenas às etapas 6 e 7** descritas para os serviços planejados.

7.4. Os serviços deverão ser prestados nos seguintes endereços:

7.4.1. Campus Erechim: Rodovia ERS 135, Km 72, CEP: 99700-970– Erechim-RS;

7.4.2. Campus Passo Fundo: Rua Capitão Araújo, 20, Centro, CEP: 99010-200;

7.4.3. A execução dos serviços deverá ser realizada em horários posteriormente definidos pela UFFS, e indicados na Ordem de Serviço, e habitualmente ocorrerá durante o horário de expediente, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, podendo, a critério da UFFS, ser alterada para outros horários (noturnos, ou dias não úteis), caso a prestação dos serviços possa acarretar prejuízos ao normal desenvolvimento dos trabalhos da Instituição, sem ônus adicionais a UFFS.

7.5. ESCOPO DAS ATIVIDADES PARA CADA OBJETO

O escopo das atividades para cada objeto apresentadas abaixo são meramente exemplificativos, caberá ao fiscal técnico do contrato solicitar, levando em consideração as demandas existentes e instalações do respectivo Campus:

7.5.1. SERVIÇOS EM SISTEMA DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO

7.5.1.1. Postes de Distribuição, Acessórios e Equipamentos: Reparo, substituição e instalação de postes, acessórios e equipamentos como cruzetas, isoladores, cabos, muflas, chaves, elos fusíveis, para-raios, eletrodutos, etc. Medição da resistência de aterramento dos para-raios e do condutor neutro, com emissão de laudo e ART.

7.5.1.2. Transformadores externos: Inspeções visuais e testes como termografia e análise do óleo; Reparo, substituição e instalação de transformadores; Medição da resistência de aterramento do neutro do transformador, com emissão de laudo e ART.

7.5.1.3. Iluminação Externa, Acessórios e Equipamentos: Verificação do funcionamento de lâmpada, reator, fotocélula e timer e da fixação dos postes, dos braços de sustentação das luminárias e das luminárias, do aterramento das partes metálicas; Reparo, substituição e instalação de postes, acessórios e equipamentos como lâmpada, reator, fotocélula, braço de sustentação, luminária, cabos, cruzetas, isoladores, eletrodutos, limpeza das luminárias, etc.

7.5.1.4. Subestações Abrigadas: Limpeza e higienização de subestação, reaperto de conexões e terminais, inspeção visual dos equipamentos e acessórios, verificação de validade de teste de acessórios como tapetes e luvas isolantes, teste de termografia; Reparo, substituição, instalação e parametrização de componentes como transformador, disjuntor MT, relé, chave seccionadora, fusíveis, barramento, para-raio, mufla, isolador, transformador de corrente e potencial, no break, envio para reteste de acessórios como tapetes e luvas isolantes; Medição da resistência da malha de aterramento da subestação, com emissão de laudo e ART.

7.5.1.5. Iluminação de emergência, Detecção e alarme de incêndio e Alarme Patrimonial: Limpeza dos terminais das baterias; Testes, reparo, substituição e instalação dos equipamentos e programação do sistema.

7.5.1.6. Circuitos de Tomada e Iluminação Internos: Serviços diversos como substituição de lâmpadas, reatores, timer ou fotocélula, alteração de circuitos de comando de iluminação, instalação e adequação de tomadas, criação de novos circuitos.

7.5.1.7. Quadros de distribuição de energia, de correção do FP de Comando de Motores/similares: Verificação dos circuitos e diagramas unifilares afixados nos quadros; Limpeza, reaperto das conexões e inspeção visual do quadro e do estado dos componentes (disjuntores, relés, dps, etc); Relocação de circuitos para balanceamento de carga entre as fases; Teste de funcionamento do banco automático de capacitores; Alterações nos quadros, como substituição da caixa, reorganização, troca de barramento, instalação e substituição de componentes e acessórios.

7.5.1.8. Sistemas Grupo Geradores: Testes, reparo, substituição e instalação de grupo gerador com emissão de laudo e ART; Verificar filtro de ar, nível do combustível, do óleo lubrificante, do nível de água, colocar o gerador em funcionamento.

7.5.1.9. Motores exaustão, bombas e outros: Medições de corrente e análise de vibração e inspeção visual; Verificar funcionamento de bomba dosadora de cloro; Testes, reparo, substituição e instalação de motores e bombas.

7.5.1.10. SPDA de prédios: Testes, reparo, substituição, instalação e medição de malha de aterramento e continuidade em edificações com emissão de laudo e ART.

7.5.2. SERVIÇOS EM SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES

7.5.2.1. Serviços diversos como instalação, conectorização e certificações de fibras ópticas e cabeamento estruturado.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.1. A medição dos serviços será feita pelo fiscal com a verificação da realização de cada serviço, onde serão observados a boa técnica e também os padrões de qualidade dos materiais empregados/substituídos, devendo possuir qualidade igual ou superior ao previamente instalado.

8.2. Considera-se que as instalações/sistemas devam ser entregues em pleno funcionamento, atendendo a requisitos das normas técnicas e de desempenho relativas ao serviço realizado ou, não havendo norma específica, as que forem utilizadas como padrão dentro da construção civil.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

9.2. Os equipamentos, ferramentas e instrumentos utilizados deverão ser adequados, necessários e suficientes à boa execução dos serviços sob a responsabilidade da Contratada, os quais deverão oferecer o máximo de segurança no que se refere à prevenção de acidentes e de danos que possam ocasionar à UFFS ou a terceiros.

9.3. A execução dos serviços deverá receber o emprego de materiais adequados e condizentes com a boa técnica, bem como estar em conformidade com as determinações das normas técnicas brasileiras, sendo executados por técnicos habilitados em contingente suficiente ao atendimento da demanda, utilizando sinalização de advertência para o equipamento/local em manutenção e utilização de equipamentos e ferramentas apropriadas, visando maior segurança aos envolvidos e maior vida útil dos equipamentos.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.2. O quantitativo foi estimado pelos requisitantes dos serviços, foram avaliados os projetos e manuais de uso, operação e manutenção além do histórico de ocorrências dos contratos anteriores e vistorias realizadas nos prédios.

10.3. A empresa vencedora do certame deverá ter ciência de que a contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência se dará na medida exata em que surgirem as demandas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

10.5. Os interessados deverão observar que o Critério de julgamento da proposta é o **maior desconto sobre o preço total estimado pela Administração, considerando a incidência linear do desconto ofertado em todos os itens da planilha de formação de preços (ENCARTE A.1 deste Termo de**

Referência).

10.6. Para a elaboração da proposta os interessados deverão observar todo o contido neste Termo de Referência, bem como nos Memoriais Descritivos constantes no **Encarte M deste Termo de Referência**.

10.7. Os serviços objeto deste processo licitatório deverão ser realizados sob supervisão de profissional com habilitação para o objeto pretendido conforme indicado pelo requisitante no item 7 deste Termo de Referência.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10. Arquivar, entre outros documentos projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.4.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.6.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017;
- 12.7.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 12.8.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.9.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.10.** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.11.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.12.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12.23. Além das obrigações previstas acima, a CONTRATADA, deverá obedecer as obrigações previstas pelo requisitante do objeto, conforme descrito abaixo:

12.23.1. A contratada compromete-se em abster-se de praticar quaisquer dos atos descritos no artigo

5º da Lei 12.846/2016, tais como oferecimento de vantagem indevida, utilizar-se de interposto para ocultar interesses ou beneficiários, frustrar ou fraudar o procedimento licitatório ou contrato dela decorrente (lei anticorrupção), bem como quaisquer outros que eventualmente possam ser entendidos como lesivos à administração pública.

12.24.2. A execução dos serviços deve ser realizada sob Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de profissional habilitado, no valor da contratação vigente ou valor de empenho realizado.

12.24.3. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

12.24.4. Nomear preposto para representá-la durante a vigência do contrato, realizar reunião com a equipe de fiscalização da UFFS para alinhamento de expectativas contratuais antes do início dos serviços.

12.24.5. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos, incluindo aceitar orçamentos e pactuação de datas em cronograma;

12.24.6. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

12.24.7. Caso necessário, após a assinatura do contrato, a contratada poderá ser convocada a participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

12.24.8. A contratada deverá atender chamados de emergência, no prazo de 4 (quatro) horas, para solução de problemas que se configurem em falta de segurança para usuários ou ainda para o patrimônio da instituição ou que causem prejuízo por desperdício de recursos e também às atividades acadêmicas e administrativas.

12.24.9. Caso a Contratada não promova o devido atendimento nos prazos fixados nos itens anteriores, fica a Contratante autorizada a contratar os serviços necessários de outra empresa e a cobrar da Contratada os custos respectivos, sem que tal fato a isente da aplicação de sanção contratual aplicável ou provoque, para a Contratante, qualquer perda de garantia dos equipamentos e materiais pertencentes às instalações do elevador.

12.24.10. A execução dos serviços deve ser realizada em observância às Normas do Ministério do Trabalho, às Normas Técnicas da ABNT e às Normas e Resoluções do Corpo de Bombeiros Militar de cada estado, em conformidade com práticas de projeto, construção e manutenção ou ainda nas demais *normas descritas nos estudos preliminares (ENCARTE E* deste Termo de Referência) desta contratação.

12.24.11. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações estabelecidas.

12.24.12. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de

comunicação.

12.24.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.24.14. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.24.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.24.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.24.17. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.24.18. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.24.19. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.24.20. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da Contratante.

12.24.21. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;

12.24.22. A Contratada deve realizar o transporte, montagem, instalação e testes dos componentes/peças fornecidos, conforme as recomendações dos seus respectivos fabricantes.

12.24.23. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.24.24. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

- 12.24.25.** Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;
- 12.24.26.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.24.27.** Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 12.24.28.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.24.29.** Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 12.24.30.** Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;
- 12.24.31.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.24.32.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 12.24.33.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante; Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 12.24.34.** Comunicar por escrito ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 12.24.35.** Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
- 12.24.36.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.24.37.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.24.38.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.24.39.** Obter junto ao Município, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 12.24.40.** Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Termo de Referência e seus anexos, conforme artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993;

12.25. Das condições ambientais:

- 12.25.1.** A Contratada deve responsabilizar-se pelo apropriado descarte/destinação de quaisquer

componentes/peças usados e substituídos, além dos resíduos gerados durante a prestação dos serviços, SOB AUTORIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO.

12.25.2. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

12.25.3. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

12.25.3.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

12.25.3.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata;

12.25.3.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 112, de 21/08/2006, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

12.25.3.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

12.25.4. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações da Resolução n. 448/2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

12.25.4.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

12.25.4.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

a) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;

- b)** resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- c)** resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- d)** resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

12.25.4.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

12.25.4.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

12.25.5. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

12.25.5.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

12.25.5.2. Entende-se que o horário dos serviços que causem ruídos somente possam ser trocados por determinação da fiscalização em função do comprometimento das atividades didáticas, no entanto este risco deve ser considerado no planejamento da contratação para adequação do cronograma. A área do *campus* não é residencial portanto a emissão de ruídos só fica restrita para casos de serviços realizados em prédios alugados na área urbana: Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

12.25.5.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

12.26. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

12.27. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;

12.28. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.);

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. De acordo com o requisitante do objeto **não será permitida a subcontratação do objeto principal da licitação**, porém, **será permitida a subcontratação de serviços intermediários do objeto, até o limite de 40% do valor do contrato, tendo em vista que as empresas participantes poderão não oferecer todos os serviços necessários, podendo em alguns casos ter que subcontratar empresas especializadas para suporte, como é o caso de necessidade de reparos em geradores ou fibras de internet**, nas seguintes condições:

13.1.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação

13.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

13.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.10. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.11. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.14. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.15. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o

estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

15.16.1. Todas as rotinas previstas no item 7 deste Termo de Referência, bem como nos demais encartes e anexos ao Edital.

15.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

16.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

16.2. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso;

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

16.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.1.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela CONTRATADA não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

16.3.1.5. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato; (modelo em anexo a este termo de referência)

16.3.2. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituído.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.4.1. o prazo de validade;

17.4.2. a data da emissão;

17.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

17.4.4. o período de prestação dos serviços;

17.4.5. o valor a pagar; e

17.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.6.1. não produziu os resultados acordados;

17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

18. REAJUSTE

18.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de um ano contado da data do orçamento a que a proposta se referir.

18.1.1. O orçamento estimado pela Administração dos itens 1 e 2 baseou-se nas planilhas referenciais SINAPI/RS desonerado do mês de julho de 2021, e para o item 3 através do IPCA.

18.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o **índice oficial: tabela SINAPI/IPCA** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = índice relativo ao mês de reajustamento

18.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

19.1.1. Considerando que o objeto trata de serviço de caráter continuado, mas sem dedicação de mão de obra exclusiva, e tendo em vista a forma de execução explicitada nos estudos preliminares a administração optou por não exigir garantia para execução do presente objeto.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

20.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

20.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

20.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

20.1.5. cometer fraude fiscal;

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2. Multa de:

20.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

20.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

20.2.2.5. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos

20.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

20.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
------	-----------------

1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço,	01

	por funcionário e por dia;	
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.5.1.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.5.1.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.5.1.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.4.1. Valor Total Máximo a ser aceito: **R\$ 103.481,78 (Cem e três mil quatrocentos e oitenta e um reais e setenta e oito centavos).**

21.4.2. Valores unitários: conforme planilhas de composição de preços anexas ao edital.

21.5. O Critério de julgamento da proposta é o **maior desconto sobre o preço total estimado pela Administração**, considerando a incidência linear do desconto ofertado **em todos os itens da planilha de formação de preços.**

21.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

22.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor total máximo, sendo **R\$ 103.481,78 (Cem e três mil quatrocentos e oitenta e um reais e setenta e oito centavos).**

22.2. Ao que se parece tal valor foi obtido conforme indicado pelo requisitante nos memoriais descritivos (ENCARTE M deste Termo de Referência) e suas respectivas planilhas (ENCARTE A.1 deste Termo de Referência).

22.3. Também foi observado a manifestação do requisitante quanto as estimativas de preços junto ao item 7 do Estudo Técnico Preliminar (ENCARTE E deste Termo de Referência), conforme descrito abaixo:

22.3.1. Para parâmetro de valores dos itens 1 e 2 da planilha estimativa foi através do SINAPI desonerado 07/2021 e do item 3 através da correção do IPCA.

22.3.2. Os quantitativos de horas de cada profissional são os mesmos adotados no contrato nº 47 e 48/2019, acrescidos em 50% (tendo em vista que o novo contrato será de 18 meses, e não 12 meses como o 47 e 48/2019) e do tempo de deslocamento previsto em 18 meses.

22.3.3. Os quantitativos de tempo de deslocamento estimado são os mesmos adotados nos contratos nº 47 e 48/2019 acrescidos em 50% (tendo em vista que o novo contrato será de 18 meses, e não 12 meses como o 47 e 48/2019).

22.3.4. A quantidade dos serviços é estimada em valores, já que não temos como estimar quais serão os serviços que serão contratados ao longo do contrato. Os valores estimados para materiais e serviços do item 3 (materiais, equipamentos e serviços) da planilha orçamentária foram encontrados

através dos valores adotados no contrato nº 48/2019 acrescidos em 50% (tendo em vista que o novo contrato será de 18 meses, e não 12 meses como o 48/2019) e corrigidos pelo IPCA (14,34%) entre os períodos de 03/2019 (data confecção da planilha estimativa do contrato nº 48/2019) a 08/2021 (último mês disponível no site do IBGE);

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIO

23.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2021, conforme indicado pela Diretoria de Orçamento, na classificação abaixo:

Programa de Trabalho: 12.364.5013.20RK.0040

PTRES: 171285

Natureza da Despesa: 339039

Fonte: 8100000000

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Este Termo de Referência foi elaborado com as informações repassadas pelo requisitante do objeto e demais documentos constantes no processo.

24.2. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Encartes:

24.2.1. ENCARTE A – Modelo de Carta Proposta;

24.2.1. ENCARTE A.1 – Planilhas orçamento estimativo e composições;

24.2.1. ENCARTE A.2 – Planilhas referências SINAPI e IPCA;

24.2.2. ENCARTE B – Modelo de Ordem de Serviço Emergencial e Chamado de Emergência;

24.2.3. ENCARTE C – Modelo de Relatório de Vistoria - Execução;

24.2.4. ENCARTE D – Modelo de Atestado de Vistoria OU Efetivo Conhecimento Para a Licitação ;

24.2.5. ENCARTE E – Estudos Preliminares e Mapa de Riscos (disponibilizados pelo requisitante do objeto);

24.2.6. ENCARTE F – Modelo de Planilha de Medição dos Serviços;

24.2.7. ENCARTE G – Modelo de Cronograma;

24.2.8. ENCARTE H – Modelo de Relatório Técnico;

24.2.9. ENCARTE I – Modelo de Relatório Circunstanciado – Fiscalização Setorial;

24.2.10. ENCARTE J - Modelo de Declaração - Capacidade Operacional;

24.2.11. ENCARTE K – Modelo Termo de Recebimento Definitivo;

24.2.12. ENCARTE L - Modelo de Termo de Encerramento de Contrato;

24.2.13. ENCARTE M – Memoriais Descritivos;

24.2.14. ENCARTE N – Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

Chapecó/SC, 17 de setembro de 2021.

LIDIANE MARCANTE

Superintendente de Compras e Licitações

Eu, ROSANGELA FRASSÃO BONFANTI, Pró-Reitora de Administração e Infraestrutura/Ordenadora de Despesas, conforme disposto no inciso I, § 2º do Art. 7º da Lei 8.666/93, **APROVO** o presente Termo de Referência, visando a **Contratação de serviços comuns de engenharia inerentes à manutenção preventiva e corretiva e adequações em instalações elétricas de média e baixa tensão e em instalações de telecomunicações para os campi Erechim/RS e Passo Fundo/RS, incluindo fornecimento de material, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas**, conforme as especificações e dados constantes no Termo de Referência ora aprovado.

Chapecó/SC, 17 de setembro de 2021.

ROSANGELA FRASSÃO BONFANTI
Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura
Ordenadora de Despesas